

Importante: O Acesso Externo (www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno) possibilita o Peticionamento Eletrônico para abrir Processo Novo, Intercorrente e Resposta de Intimação. Pesquisa Pública do SEI: www.anatel.gov.br/seipesquisa

Ofício nº 8447/2025/ORLE/SOR-ANATEL

Para

TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Av. Eng. Luis Carlos Berrini, nº 1376, 29º andar - Cidade Monções

CEP: 04.571-000 - São Paulo/SP

Assunto: **Pedido de Declaração.**

Senhor(a) Representante,

1. Reporta-se ao pedido de declaração protocolizado em 27 de outubro de 2025, sob o Sistema Eletrônico de Informações da Anatel (SEI) nº 14633359, por **TELEFÔNICA BRASIL S.A.** CNPJ nº 02.558.157/0001-62, quanto às outorgas por ela detidas para prestar Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e Serviço Móvel Pessoal (SMP), para informar que a empresa detém autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito por força do Ato de Consolidação e Adaptação nº 4.334, de 13 de agosto de 2020 (SEI 5864225), publicado no Boletim de Serviço de 24 de dezembro de 2020.

2. A autorização foi adaptada para Termo Único de Serviços (SEI nº 13542397), por meio do Ato nº 4001, de 8 de abril de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2025 (SEI nº 13536721).

3. Tem como serviços notificados:

a) O Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), mediante autorização, em todo território nacional, conforme Atos nº 33.791, de 14 de fevereiro de 2003, publicado no Diário Oficial da União em 18 de fevereiro de 2003 e nº 7.487, de 3 de setembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 5 de setembro de 2014;

b) O Serviço Telefônico Fixo Comutado, outorgado mediante autorização, sem caráter de exclusividade, tendo como área de prestação todo o território nacional, nas modalidades de serviço local, longa distância nacional e longa distância internacional, conforme Ato nº 4001, de 8 de abril de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2025, formalizado por meio do Termo Único de Autorização nº 01/2025, assinado em 11 de abril de 2025;

c) O Serviço Móvel Pessoal (SMP), mediante autorização, na Região I, do Plano Geral de Autorizações (PGA), por meio do Termo de Autorização nº 78/2012/PVCP/SPV-Anatel, de 07 de fevereiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 08 de fevereiro de 2012 e Aditivo nº 01/2013, de 14 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2013;

d) O Serviço Móvel Pessoal (SMP), mediante autorização, na Região II, do Plano Geral de Autorizações (PGA), por meio do Termo de Autorização nº 05/2010/PVCP/SPV-Anatel, de 29 de janeiro de 2010, publicado no Diário Oficial

da União em 22 de fevereiro de 2010 e Aditivo nº 01/2013, de 14 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2013;

e) O Serviço Móvel Pessoal (SMP), mediante autorização, na Região III, do Plano Geral de Autorizações (PGA), por meio do Termo de Autorização nº 06/2010/PVCP/SPV-Anatel, de 29 de janeiro de 2010, publicado no Diário Oficial da União em 22 de fevereiro de 2010 e Aditivo nº 01/2013, de 14 de agosto de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2013;

f) O Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), mediante autorização, em todo território nacional, conforme Atos nº 570, nº 571, nº 572, nº 573, nº 574 e nº 576, ambos de 25 de janeiro de 2013, publicados no Diário Oficial da União em 5 de fevereiro de 2013; e nº 533, nº 546 e nº 547, ambos de 24 de janeiro de 2013, publicados no Diário Oficial da União em 5 de fevereiro de 2013;

g) O Serviço Limitado Privado (SLP), mediante autorização, em todo território nacional, conforme o Ato nº 7962, de 24 de outubro de 2018 (SEI 3399796), publicado no Diário Oficial da União em 1º de novembro de 2018; e

h) O Serviço Móvel Pessoal por Satélite (SMP-Satélite), mediante autorização, com fundamento no Ato nº 4.334, de 13 de agosto de 2020 (SEI 5864225), publicado no Boletim de Serviço de 24 de dezembro de 2020, tendo em vista a notificação de serviço apresentada em 24 de outubro de 2024 (SEI 12789248) e sua adaptação, conforme Ato nº 15842, de 24 de outubro de 2025, publicado no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2025 (SEI 14623516).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Renato Sales Bizerra Aguiar, Gerente de Outorga e Licenciamento de Estações**, em 10/11/2025, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da [Portaria nº 912/2017](#) da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **14717643** e o código CRC **4D6A5576**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53500.015001/2018-11

SEI nº 14717643



Tipo de Destinatário:	Pessoa Jurídica
Destinatário:	TELEFONICA BRASIL S.A.
Tipo de Intimação:	Intimação para mero Conhecimento
Documento Principal da Intimação:	Ofício 8447 (14717643)
Data de Expedição da Intimação:	10/11/2025 19:22:07
Tipo de Cumprimento da Intimação:	Consulta Direta
Data do Cumprimento:	11/11/2025
Usuário Responsável pelo Cumprimento:	Ricardo Guillermo Hobbs

Esta Certidão formaliza o cumprimento da intimação eletrônica referente aos dados acima, observado o seguinte:

- O Tipo de Cumprimento "Consulta Direta" indica que o "Destinatário" realizou a consulta aos documentos da intimação diretamente no sistema antes do término do Prazo Tácito para intimação.
 - O Prazo Tácito para intimação é definido conforme normativo aplicável ao órgão, em que, a partir da "Data de Expedição da Intimação", o Destinatário possui o referido prazo para consultar os documentos diretamente no sistema, sob pena de ser considerado automaticamente intimado na data de término desse prazo.
- O Tipo de Cumprimento "Por Decurso do Prazo Tácito" indica que não ocorreu a mencionada consulta aos documentos da intimação diretamente no sistema, situação na qual a Certidão é gerada automaticamente na data de término desse prazo.
 - No caso do Prazo Tácito terminar em dia não útil, a geração automática da Certidão ocorrerá somente no primeiro dia útil seguinte.
- Conforme regras de contagem de prazo processual e normas afetas a processo eletrônico, tanto no Prazo Tácito para intimação como nos possíveis prazos externos para Peticionamento de Resposta:
 - sempre é excluído da contagem o dia do começo e incluído o do vencimento;
 - o dia do começo e o do vencimento nunca ocorrem em dia não útil, prorrogando-o para o primeiro dia útil seguinte;
 - a consulta a intimação ocorrida em dia não útil tem a correspondente data apresentada em linha separada, sendo a "Data do Cumprimento" a do primeiro dia útil seguinte.
- Para todos os efeitos legais, somente após a geração da presente Certidão e com base exclusivamente na "Data do Cumprimento" é que o Destinatário, ou a Pessoa Jurídica ou Física por ele representada, é considerado efetivamente intimado e são iniciados os possíveis prazos externos para Peticionamento de Resposta.
 - Caso a intimação se dirija a Pessoa Jurídica, ela será considerada efetivamente intimada na "Data do Cumprimento" correspondente à primeira Certidão gerada referente a Usuário Externo que possua poderes de representação.